

FICHA TÉCNICA

Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia do Rio São Francisco – FPI

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
Desenvolver uma atuação ministerial integrada, estruturante e resolutiva na promoção do interesse social e na garantia dos direitos humanos.	Atuar visando garantir o direito ao meio ambiente equilibrado e a sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.	Aperfeiçoamento e estruturação da atuação do MPBA na Defesa do Meio Ambiente; Aperfeiçoamento de medidas no combate à criminalidade ambiental.

GESTÃO DO PROJETO

Projeto estratégico por adesão: **NÃO**

EMENTA DO PROJETO

O Projeto Fiscalização Preventiva Integrada na Bacia do Rio São Francisco (FPI) busca contribuir para a melhoria da qualidade ambiental da Bacia do Rio São Francisco e melhoria da qualidade de vida dos seus povos, através das ações de fiscalização de danos ambientais, de educação ambiental e do diagnóstico e indução de políticas públicas, potencializando e ampliando a capacidade de atuação pela articulação de múltiplos parceiros, a partir de ações integradas nos empreendimentos impactantes na Bacia e na proteção do seu patrimônio material e imaterial a ser preservado.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A bacia Hidrográfica do rio São Francisco - BHRSF, formada pelo rio São Francisco e por um conjunto de afluentes permanentes e temporários, que banha seis estados brasileiros (Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe), além do Distrito Federal, abrangendo na Bahia 114 municípios. Esta bacia é rica em biodiversidade, abrigando espécies endêmicas da flora e da fauna que são partes fundamentais do ecossistema e grandes responsáveis pelo equilíbrio ambiental. Além disso, abrange vegetação característica de três importantes biomas: caatinga, cerrado e mata atlântica que contribuem para a manutenção da vida e das riquezas naturais da bacia.

Ocorre que, nas últimas décadas, a bacia vem passando por um processo de degradação ambiental pelos mais variados fatores, tais como: supressão ilegal de vegetação nativa; utilização indiscriminada de agrotóxicos; ocupação de áreas de preservação permanente e de reserva legal; derramamento de efluentes líquidos e sólidos; lançamento de esgoto não tratado; lançamento inadequado de resíduos sólidos; animais da fauna silvestre em cativeiro; impactos de barragens, dentre outros. Destacam-se ainda questões como a grave crise hídrica que impacta o seu território; os conflitos em relação ao uso das águas; os impactos socioambientais provocados por diversos empreendimentos e atividades que utilizam um modelo de produção baseado em grande concentração de terra e alta demanda pelo uso de água que afetam os direitos e a vida dos povos e comunidades tradicionais existentes na região. Diante desse contexto, chegou-se à conclusão de que seria necessário enfrentar os diversos e complexos problemas ambientais existentes na bacia do São Francisco por meio do diagnóstico e da adoção de medidas para a reparação de danos.

Assim, em 2002, foi criada a Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, sob a coordenação geral do Ministério Público da Bahia, por meio do Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco – NUSF, vinculado ao CEAMA, que consiste em uma ação interdisciplinar e interestadual que congrega os diversos ramos do Ministério Público, polícias e diversos

órgãos públicos com atuação na área do meio ambiente, de patrimônio cultural e de saúde, além de entidades da sociedade civil, e colaboradores especialistas potencializando a proteção socioambiental em todo o território da Bacia.

A FPI visa, especialmente, preservar a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizando ações de fiscalização dos danos ambientais e, adotando de imediato, as sanções administrativas para o respectivo dano detectado.

Além do trabalho de fiscalização ambiental, a FPI possui também um caráter socioeducativo, na medida em que se preocupa em evitar danos, realizando ações de educação ambiental para a compreensão dos diversos vetores de degradação que ocorrem na bacia a um só tempo, bem como trazendo uma reflexão crítica sobre os valores a serem cultivados para uma melhor interação com a bacia, bem como realiza orientação técnica de modo a regularizar os empreendimentos e atividades produtivas que estejam funcionando com não conformidades. A FPI tem a perspectiva de promover a sensibilização dos diversos atores sociais, dos empreendedores e da população em geral de modo que sejam modificadas as práticas na Bacia para uma coexistência mais sustentável.

Essa atuação preventiva engloba desde a verificação da implantação da educação ambiental pelos municípios, a muitos eventos de formação nas diversas temáticas trabalhadas, especialmente sobre recursos hídricos, fauna, agrotóxicos, regularização ambiental dos imóveis rurais, regularização de outorgas, orientações para pescadores locais, dentre outros. Essa ação visa garantir, ainda, a participação nas mídias da região visitada com uma atuação muito esclarecedora sobre as diversas temáticas trabalhadas.

A FPI é também um importante mecanismo de enfrentamento dos conflitos em relação ao uso das águas e socioambientais na Bacia; dos impactos provocados por diversos empreendimentos e atividades produtivas na Bacia. A FPI se propõe a atuar de forma sistêmica no enfrentamento das principais causas de degradação e, ao mesmo tempo, estimula ações de proteção do seu patrimônio e dos seus povos, buscando a sustentabilidade na Bacia.

Ademais, pelo amplo diagnóstico feito, a FPI favorece a indução de políticas públicas diversas como as de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento básico, resíduos sólidos, patrimônio cultural material e imaterial, agroecologia e combate aos impactos dos agrotóxicos,

povos e comunidades tradicionais, educação ambiental, dentre outras, contribuindo para a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A valorização da Bacia, do seu ecossistema, do seu vasto patrimônio cultural, material e imaterial e, especialmente dos seus Povos e Comunidades tradicionais serve como fio condutor de todo o trabalho realizado. E, com a sua intervenção concreta em causas de agravamento das mudanças climáticas, como desmatamentos, resíduos sólidos, dentre outros, possui intervenção efetiva que contribui para enfrentamento das emergências climáticas.

Por meio da FPI, busca-se:

- a) Melhorar a qualidade ambiental da bacia e a vida de seu povo, contribuindo para a reparação dos danos ambientais identificados e para a prevenção de ocorrência de novas formas de degradação;
- b) Conscientizar a sociedade da importância em conservar e revitalizar os ecossistemas do Rio São Francisco, por meio de ações de educação ambiental promovidas no âmbito da FPI;
- c) Orientar os empreendedores já instalados na bacia e que não estejam desenvolvendo suas atividades com sustentabilidade dos recursos naturais e dentro da regularidade exigida;
- d) Responsabilizar os agentes causadores de danos ambientais administrativa, civil e criminalmente, inclusive com a obrigação de reparação e pagamento dos passivos ambientais pelo período em que o ambiente não cumpriu com suas funções ecológicas essenciais;
- e) Promover a articulação entre entidades da sociedade civil, movimentos sociais, organizações não governamentais, comitês de Bacia e o Poder Público para atuação em defesa do Velho Chico;
- f) Contribuir para a valorização das comunidades tradicionais da Bacia e a garantia dos seus direitos.

Alguns princípios basilares da FPI são: decisões compartilhadas por todos os órgãos e entidades que fazem parte do projeto; todos os parceiros são igualmente importantes; cada

parceiro atua no âmbito de sua competência; valorização dos povos e comunidades da bacia como essenciais para a prática das ações.

O Ministério Público, nesse contexto, possui papel relevante na atuação integrada, dentro deste conjunto de parcerias, não apenas exercendo a coordenação administrativa e suporte para a atuação desta rede, mas através dos Promotores de Justiça, órgãos de execução que possuem como sua atribuição a defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural, dos recursos hídricos, e promovem o desdobramento das ações de campo da FPI, com a busca da responsabilização civil e criminal dos agentes detectados como causadores de danos ambientais em cumprimento à legislação vigente.

Além disso, o presente projeto estratégico busca o fortalecimento institucional da FPI; a garantia dos recursos necessários para realização das atividades, além de fomentar o engajamento de membros, servidores, estagiários e colaboradores no desenvolvimento de ações de proteção ambiental da bacia.